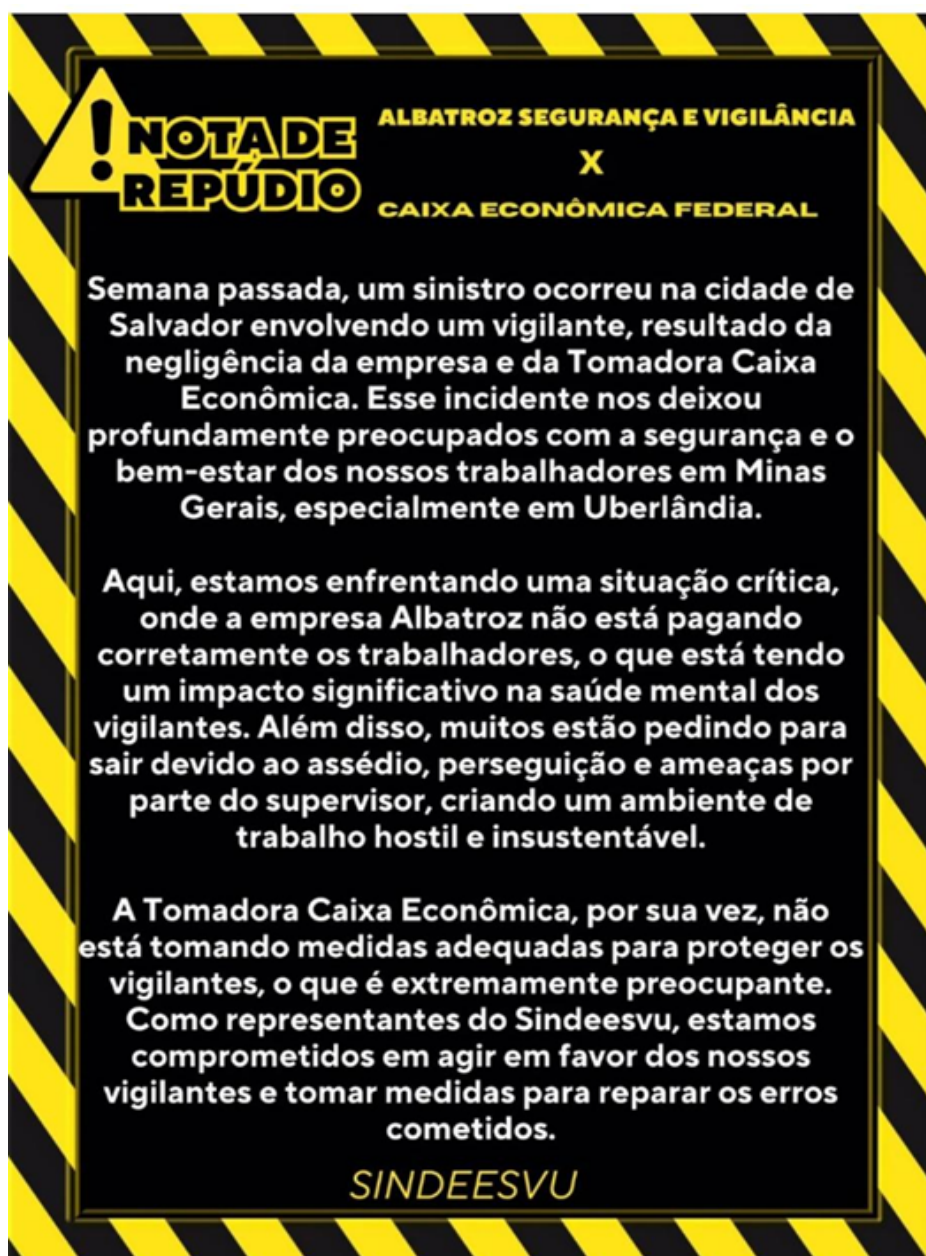




NOTA DE REPÚDIO

ALBATROZ SEGURANÇA E VIGILÂNCIA X CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



**NOTA DE REPÚDIO**

**ALBATROZ SEGURANÇA E VIGILÂNCIA
X
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

Semana passada, um sinistro ocorreu na cidade de Salvador envolvendo um vigilante, resultado da negligência da empresa e da Tomadora Caixa Econômica. Esse incidente nos deixou profundamente preocupados com a segurança e o bem-estar dos nossos trabalhadores em Minas Gerais, especialmente em Uberlândia.

Aqui, estamos enfrentando uma situação crítica, onde a empresa Albatroz não está pagando corretamente os trabalhadores, o que está tendo um impacto significativo na saúde mental dos vigilantes. Além disso, muitos estão pedindo para sair devido ao assédio, perseguição e ameaças por parte do supervisor, criando um ambiente de trabalho hostil e insustentável.

A Tomadora Caixa Econômica, por sua vez, não está tomando medidas adequadas para proteger os vigilantes, o que é extremamente preocupante. Como representantes do Sindeesvu, estamos comprometidos em agir em favor dos nossos vigilantes e tomar medidas para reparar os erros cometidos.

SINDEESVU

O supervisor está criando um ambiente de trabalho tóxico, jogando um trabalhador contra o outro e fomentando intrigas, o que afeta negativamente o psicológico dos trabalhadores. Além disso, ele alega que irá mandar os trabalhadores embora para colocar pessoas “dele”.

O supervisor afirma que as demissões são resultado de pedidos do gestor de Segurança da Caixa Econômica, mas isso levanta uma questão importante: quem é realmente responsável por essa situação?

Fonte: Sindeesvu

Vigilante de transporte de valores não consegue responsabilidade de bancos por parcelas devidas

Segundo o TST, não se trata de terceirização de serviços



Resumo:

- Um vigilante que prestava serviços para dois bancos ao mesmo tempo pretendia responsabilizá-los pelos valores devidos por sua empregadora.
- Segundo ele, os bancos se utilizaram de sua força de trabalho
- Para a SDI-1 do TST, porém, não se trata de terceirização, mas de contrato comercial de transporte de valores.

8/4/2025 - A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso de um vigilante de São Paulo (SP) que pretendia responsabilizar os bancos Bradesco e Santander pelas verbas devidas pela RRJ Transporte de Valores e Segurança e Vigilância Ltda., sua empregadora. Por maioria, o colegiado entendeu que a relação dos bancos com a RRJ envolvia contrato comercial, e não de terceirização.

Vigilante prestava serviços concomitantes para dois bancos

Na reclamação trabalhista, o vigilante disse que sempre trabalhou de forma concomitante para as duas empresas bancárias, recolhendo e entregando valores em agências e terminais de atendimento. Por isso, a seu ver, os bancos deveriam responder de forma subsidiária

por parcelas como horas extras e adicional de periculosidade, pois se beneficiaram diretamente do seu trabalho.

Transporte de valores é prestação de serviços de natureza mercantil

A pretensão foi acolhida pelo juízo de primeiro grau, mas o Tribunal Regional do Trabalho afastou a condenação dos bancos, e a decisão foi mantida pela Quinta Turma do TST e, agora, pela SDI-1.

Prevaleceu no julgamento o voto do ministro Breno Medeiros, para quem o contrato de transporte de valores não se equipara à terceirização de serviços. Segundo ele, existem particularidades neste tipo de prestação que não permitem a caracterização da responsabilidade subsidiária.

Segundo o ministro, os bancos contratam apenas o transporte de valores, e a prestação de serviços do vigilante decorreu de contrato com essa finalidade firmado entre a RRJ e os bancos, de natureza eminentemente comercial. “Nesse tipo de contrato, o foco é o resultado, é o transporte”, ressaltou.

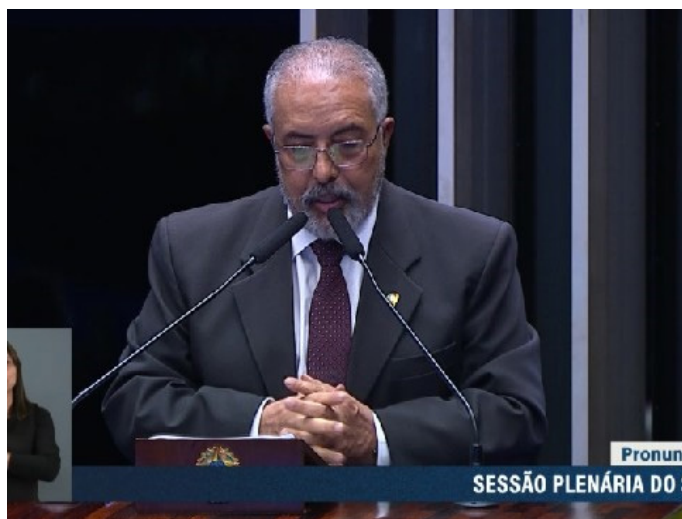
Medeiros lembrou que, em contratos como esse, não há nenhuma imposição de prestação pessoal do empregado nas dependências da tomadora de serviços - ao contrário da terceirização, em que uma empresa contrata outra, de finalidade social distinta, para fornecer mão de obra para executar serviços em suas próprias instalações.

Ficaram vencidos os ministros Augusto César (relator), José Roberto Pimenta, Cláudio Brandão, Renato de Lacerda Paiva (aposentado), Lelio Bentes Corrêa e Mauricio Godinho Delgado.

(Ricardo ReisCF)

Processo: E-Ag-RR-1122-19.2015.5.02.0074

Paim defende redução de jornada de trabalho para 36 horas semanais



Senador Paulo Paim (PT-RS)

O senador Paulo Paim (PT-RS), em pronunciamento nesta terça-feira (8), informou que se reuniu com o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, para discutir a sua proposta de emenda à Constituição que estabelece a redução da jornada semanal para 36 horas, sem diminuição de salários (PEC 148/2015). Segundo Paim, a proposta reflete a necessidade de adaptação das leis trabalhistas diante do avanço tecnológico.

— A jornada de trabalho é um debate que está acontecendo em todo o mundo, devido à sua urgência. Nos países que já estão aplicando jornada reduzida até de quatro dias por semana, melhorou muito a vida das pessoas e a própria produtividade. O Brasil não ficará fora dessa discussão — disse.

O senador argumentou que a jornada de trabalho reduzida pode abrir espaço para mais

contratações, sem prejudicar a economia. Paim também retomou a trajetória histórica da pauta no Brasil, e mencionou iniciativas desde 1994 em defesa da redução da carga horária.

— O argumento de que a redução da jornada de trabalho gera desemprego é um mito e já foi derrubado ao longo da história. Quando reduzimos a carga, [isso] impulsiona o próprio mercado interno. Com a automação e o avanço tecnológico, precisamos ajustar o tempo de trabalho para garantir renovação, sendo assim um instrumento de bem-estar social para todos. Reduzir a jornada de trabalho é reconhecer que o trabalhador tem direito a um ritmo de vida equilibrado. Significa promover um modelo de desenvolvimento mais justo e sustentável que priorize a qualidade de vida e os direitos sociais — concluiu.

A PEC tem relatório favorável do senador Rogério Carvalho (PT-SE), que introduziu a garantia da irredutibilidade salarial. O relatório também propõe a limitação da jornada a cinco dias por semana. Ela está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que vai realizar audiência pública sobre o tema.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Fonte: Agência Senado

Ministros entregam a Motta o texto da PEC da Segurança Pública

Motta afirma que há unanimidade entre os líderes da Câmara quanto à urgência do tema



Motta, Gleisi Hoffmann (E) e Lewandowski concedem entrevista sobre a PEC da Segurança

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), recebeu nesta terça-feira (8) o texto da proposta de emenda à Constituição que estabelece novas diretrizes sobre segurança pública. O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, e a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, participaram de um café da manhã com líderes partidários na residência oficial da presidência da Câmara para apresentar e entregar a proposta.

Os principais pontos da proposta são:

- confere status constitucional ao Sistema Único de Segurança Pública (Susp), instituído em 2018 por lei ordinária;
- prevê maior integração entre a União e os entes federados na elaboração e execução da política de segurança pública;
- inclui na Constituição o Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, composto por representantes do governo federal, dos Estados e do Distrito Federal e dos municípios, além da sociedade civil; e
- deixa explícito no texto constitucional que as novas atribuições concedidas à União em relação à segurança pública não excluem as competências comum e concorrente dos

demais entes federados, ou seja, não retira poderes dos estados de atuar na segurança pública.

Hugo Motta afirmou que há convergência e unanimidade entre os líderes da Casa quanto à urgência do tema. “A Câmara não faltará para dar a resposta que a sociedade nos cobra. Nós vamos dar o remédio que for preciso para enfrentar o tema, e essa será a pauta prioritária de nossa gestão”, disse.

O ministro Ricardo Lewandowski também afirmou que a segurança pública é um tema urgente, tal como educação e saúde. “Fizemos várias reformas estruturantes, e a mais importante foi a tributária. Agora, tanto o Executivo quanto o Legislativo devem tratar desse tema da segurança pública”, disse.

Gleisi Hoffmann afirmou que a proposta estrutura e organiza o sistema nacional de segurança. Segundo ela, a receptividade por parte dos líderes foi proveitosa, e há muitas concordâncias sobre o tema. A ministra também afirmou que as dúvidas existentes sobre a autonomia dos entes federados foram dissipadas.

“Acredito que vai ter uma boa tramitação, vai ser um bom debate para o Brasil e vai ser complementada com outras ações do governo”, afirmou Gleisi Hoffmann.

- Conheça a tramitação de propostas de emenda à Constituição

Reportagem – Luiz Gustavo Xavier

Edição – Wilson Silveira

Fonte: Agência Câmara de Notícias

CUT defenderá redução de jornada sem redução de salário no 1º de Maio

O fim da escala 6 X 1 é defendida pela CUT, mas a Central sempre reivindicou a manutenção de salários e o respeito às escalas de categorias que cumprem horários específicos como, por exemplo, a saúde



O apoio à Proposta de Emenda Constitucional (PEC), pela escala 6 X 1, a campanha da Redução da Jornada de Trabalho para até 40 horas semanais sem redução de salários estarão no centro das reivindicações da Central Única dos Trabalhadores (CUT) durante a Jornada Nacional de Lutas: 1º de maio, que inclui a Marcha da Classe Trabalhadora à Brasília, marcada para o dia 29 de abril. Mais informações sobre a Jornada Nacional de Lutas serão publicadas em breve.

Cronologia da luta da CUT

Esta não é a primeira vez que a CUT defende a redução da jornada. Desde 1985, um ano após a sua fundação, a Central passou a lutar por 40 horas semanais, cinco dias de trabalho, contra as atuais 44 semanais.

Em 2000 a CUT e o Fórum Nacional de Lutas desencadearam esta jornada exigindo a suspensão do pagamento da dívida externa e dos seus juros, a redução da jornada de trabalho sem redução de salário, reforma agrária e

política agrícola, aumento geral dos salários e do salário mínimo, defesa dos direitos dos/as trabalhadores/as, fortalecimento e expansão das redes públicas de saúde e do ensino e a construção de casas populares. A primeira etapa da jornada culminou com a realização de grandes atos de 1º de Maio, tendo como referência nacional o ato no histórico Estádio de Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo.

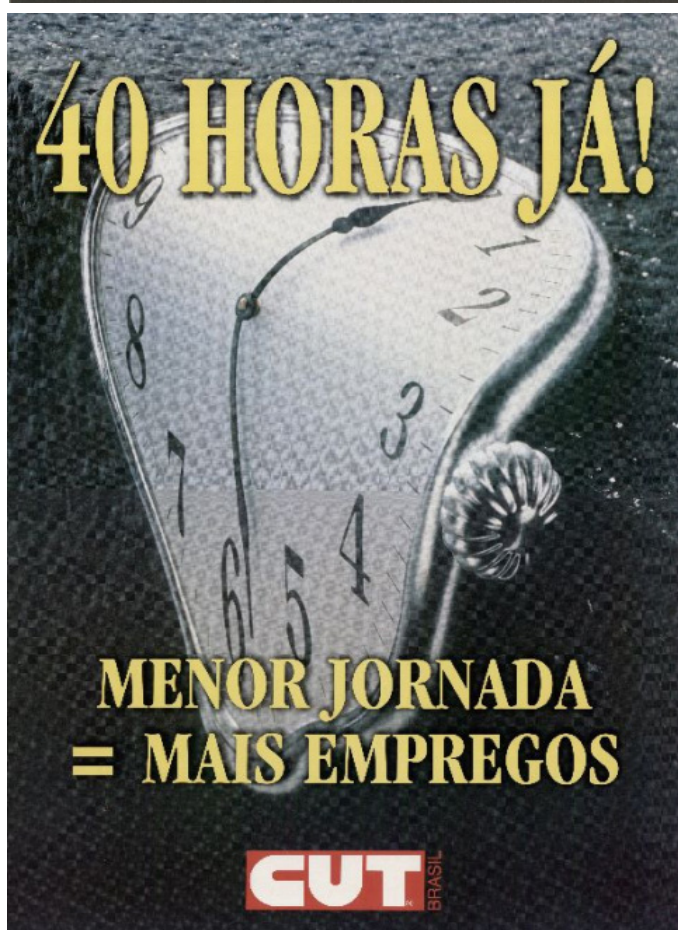


CUT - ARQUIVO



CUT - ARQUIVO

Ainda em 2000 durante o 7º Congresso da CUT (Concut), houve a aprovação de campanhas de lutas contra a precarização do trabalho, a luta pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário, contra o banco de horas e as horas-extras, entre outras.



CUT - ARQUIVO



CUT - ARQUIVO



11ª
Plenária Nacional
CUT **BRASIL**
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

**Trabalho,
Salário, Emprego e
Desenvolvimento**

Campanha Unificada dos Trabalhadores

salário mínimo realista de 1 salário mínimo mensal e aumento coletivo anual

As Categorias do
Construção Civil
Transporte
Segurança
Alimentação
Química
Indústria
Metallurgia
Transporte
Saneamento
Segurança Alimentar e Nutricional

CUT

Campanha Unificada dos Trabalhadores

Rumo ao contrato coletivo de trabalho

agosto 2006

CUT

Categorias unidas em torno de reivindicações comuns

DEFENDER DIREITOS, AVANÇAR NAS CONQUISTAS

15 DIA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO DA CUT



**AGOSTO 2007
BRÁSILIA**

Mobilização de voto do Presidente Lula à Emenda 3 • Redução dos juros e do superávit primário • Recuperação das pontas dos aposentadores
Ratificação imediata do PCT 21 • Direito Inviolável da Greve • Controle o Intelecto Público • Controle o PL das Fundações Escolas de direito público.
Garantia de negociação coletiva no serviço público e respeito integral a organização dos trabalhadores
Presidência Pública universal com ampliação de direitos • Fim do Fator Previdenciário • Valorização da Educação Pública
Redução da jornada • Aumento real do salário • Reforma Agrária, extinção do Instituto de Previdência • Segurança Familiar

CUT BRASIL
www.cut.org.br

OIT
 Organização Internacional do Trabalho
 Agência do Brasil

Convenção
151
 Um grande
 avanço para as
 relações de
 trabalho no
 serviço público

CUT
 Central Única dos Trabalhadores
 25 anos de luta
 e conquista

Somos fortes, somos
CUT
 CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

www.cut.org.br

Em 30 de março de 2009 a CUT e as demais centrais sindicais e os movimentos sociais se mobilizaram contra a crise e as demissões. Não às demissões, pela ratificação da Convenção 158 da OIT, a redução dos juros e a redução da jornada sem redução de salários e direitos.



CUT - ARQUIVO

Em 14 de agosto de 2009, a Jornada Nacional Unificada de Lutas mobilizou em várias cidades do país onde milhares de trabalhadores e militantes sociais foram às ruas para fortalecer a luta por redução da jornada de trabalho sem redução de salários, entre outras reivindicações.

JORNADA NACIONAL UNIFICADA DE LUTAS

NÃO ÀS DEMISSÕES. PELA REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO SEM REDUÇÃO DE SALÁRIOS. EM DEFESA DOS DIREITOS SOCIAIS.

O Brasil vai às ruas no dia 14 de agosto. Os trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade unidos contra a crise e as demissões, por emprego e melhores salários, pela manutenção dos direitos e pela sua ampliação, pela redução das taxas de juros, na luta pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários, pela reforma agrária e urbana e em defesa dos investimentos em políticas sociais.

A crise da especulação e dos monopólios estourou no centro do sistema capitalista mundial, os Estados Unidos da América, e atinge todas as economias.

Lá fora - e também no Brasil -, trilhões de dólares estão sendo torrados para cobrir o rombo nas multinacionais, em um poço sem fim. Mesmo assim, o desemprego se alastra, podendo atingir mais de 50 milhões de trabalhadores.

No Brasil, a ação nefasta e oportunista das multinacionais do setor automotivo e de empresas como a Vale do Rio Doce, CSN e Embraer, levou à demissão centenas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras.

O Governo Federal, que injetou bilhões de reais na economia para salvar os bancos, as montadoras e as empresas de eletrodomésticos (linha branca), tem a obrigação de exigir a garantia de emprego para a Classe Trabalhadora como contrapartida à ajuda concedida.

O povo não é o culpado pela crise. Ela é resultado de um sistema que entra em crise periodicamente e transforma o planeta em uma imensa ciranda financeira, com regras ditadas pelo mercado. Diante do fracasso desta lógica excludente, querem que a Classe Trabalhadora pague pela crise.

A precarização, o arrocho salarial e o desemprego prejudicam os mais pobres. Nas favelas e periferias. É preciso cortar drasticamente os juros, reduzir a jornada de trabalho sem reduzir salários, acelerar a reforma agrária e urbana, ampliar as políticas em habitação, saneamento, educação e saúde e medidas concretas dos governos para impedir as demissões, garantir o emprego e a renda dos trabalhadores.

Com este espírito de unidade e luta, vamos realizar em todo o país grandes mobilizações.

NÃO ÀS DEMISSÕES! PELA RATIFICAÇÃO DAS *CONVENÇÕES 151 E 158 DA OIT! REDUÇÃO DOS JUROS! FIM DO SUPERAVIT PRIMÁRIO! REDUÇÃO DA JORNADA SEM REDUÇÃO DE SALÁRIOS E DIREITOS! REFORMA AGRÁRIA E URBANA, JÁ! FIM DO FATOR PREVIDENCIÁRIO! EM DEFESA DA PETROBRÁS E DAS RIQUEZAS DO PRÉ-SAL! POR SAÚDE, EDUCAÇÃO E MORADIA! POR UMA LEGISLAÇÃO QUE PROÍBA AS DEMISSÕES EM MASSA! PELA CONTINUIDADE DA VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO E PELA SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL AOS POVOS!

*A Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho - OIT regulamenta a negociação coletiva no serviço público, enquanto a Convenção 158 restringe a demissão involuntária de trabalhadores.

ORGANIZADORES:
ENTIDADES DOS MOVIMENTOS POPULARES, SINDICAL E ESTUDANTIL

CUT - ARQUIVO

No mesmo ano em 11 de novembro, o tema da redução de jornada esteve presente na 6ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora.



CUT - ARQUIVO

Em outra campanha de 2010 “Reduz para 40 que o Brasil aumenta”, a CUT ressaltou com mais tempo para cuidar da família e para o lazer, a redução da carga horária, com a manutenção do salário, traria mais oportunidades para a abertura de outras vagas de trabalho, além do aumento do bem-estar do trabalhador e da trabalhadora.

Reduz pra 40
que o Brasil aumenta

40

Horas Semanais

18 de maio
Dia Nacional de Mobilizações e Paralisações

40 horas
semanais já

CUT
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
www.cut.org.br

CUT - ARQUIVO

No ano seguinte (2011) no Dia Nacional de Mobilizações, em 6 de julho, a CUT, com o apoio da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), que é integrada pela UNE, MST, CMP, Marcha Mundial das Mulheres, entre outras entidades, saiu às ruas em defesa das suas reivindicações e entre elas, a redução da jornada de trabalho.



DINO SANTOS

DINO SANTOS

Na Jornada Nacional de lutas de 2012, uma das principais bandeiras foi a redução da jornada de trabalho sem redução de salários.



CUT - ARQUIVO

Convocados pela CUT, demais centrais sindicais e movimentos sociais, milhares de trabalhadores e trabalhadoras saíram às ruas, em 11 de julho de 2013, realizando atos e paralisações em várias cidades do País. A pauta incluía a redução da jornada de trabalho sem redução de salários.



CUT - ARQUIVO

Em 9 de abril de 2014 a redução de jornada para 40 horas semanais também foi pauta 8ª Marcha da Classe Trabalhadora.



CUT - ARQUIVO

No 1º de Maio de 2014, em seus 30 anos, a CUT, mais uma vez, levou para as ruas e praças as reivindicações dos trabalhadores, entre elas a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais.



CUT - ARQUIVO

A CUT, no entanto, entende que o fim da escala 6X1 e a redução de jornada para 40 horas semanais têm de se ater a determinadas categorias profissionais, já que outras têm horários diferenciados em virtude da periculosidade ou do tipo de trabalho que exercem, como a saúde, a educação, entre outras. Os sindicatos dessas categorias com muita luta conseguiram conquistar suas jornadas diferenciadas para maior proteção ao trabalhador e à trabalhadora, o que deve ser respeitado.

Na Jornada Nacional de Lutas; do próximo 1º de maio, os trabalhadores defenderão ainda a Justiça Tributária – isenção de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), para quem ganha até R\$ 5 mil; a atuação da CUT no BRICS e na COP 30, a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025, que será realizada em Belém (PA), entre outros temas.

Fonte: CUT



CUT - ARQUIVO

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF